



RESULTADOS
2015

RELAÇÕES COM INVESTIDORES





CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DE 2015

São Paulo, 29 de Fevereiro de 2016 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados de 2015. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

DESTAQUES

- **Receita Líquida:** atingiu R\$ 1.287,1 milhões em 2015, aumento de 16,7% em relação a 2014 quando registrou R\$ 1.102,8 milhões
- **Ebitda:** R\$ 655,0 milhões em 2015, com **Margem** de 50,9%
- **Endividamento:** a dívida líquida consolidada em 2015 diminuiu 8,1% em relação a 2014, fechando o ano em R\$ 650,5 milhões
- **Contingências:** atingiu R\$ 97,4 milhões em 2015, devido a revisão da metodologia de provisionamento de processos trabalhistas
- **Distribuição de Proventos:** pagamento de R\$ 365,9 milhões de dividendos aos acionistas em 2015, referentes aos exercícios de 2014 e 2015, correspondentes a R\$ 2,27 por ação de ambas as espécies
- **IEGaranhuns:** O empreendimento tem investimento estimado em R\$ 878,2 milhões e RAP anual de R\$ 88,3 milhões. Em dezembro de 2015, as linhas de transmissão e subestações entraram em operação parcialmente, encejando o faturamento de 90% da RAP. A conclusão total do projeto está prevista para o término do primeiro trimestre de 2016
- **Demais Instalações de Transmissão (DIT):** em agosto de 2015 a ANEEL realizou a Audiência Pública (AP) com vistas a colher subsídios à proposta de transferência das DIT's das transmissoras para as distribuidoras.
- **RBSE:** Na 47ª Reunião da Diretoria da ANEEL, em 15 de dezembro de 2015, foi homologado o valor de indenização de R\$ 3,9 bilhões, sendo objeto do Despacho nº4036/2015, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2015. Foi protocolado pela CTEEP, em 30 de dezembro de 2015, o Pedido de Reconsideração, com o objetivo de reformar a decisão da Diretoria das ANEEL

Teleconferência

01/03/2016 - 10h (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001

(+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.cteep.com.br/ri

Principais Indicadores Consolidados			
(R\$ milhões)	2015	2014	Δ%
Receita Líquida	1.287,1	1.102,8	16,7%
EBITDA	655,0	489,6	33,8%
Margem EBITDA	50,9%	44,4%	6,5 p.p
Lucro Líquido	517,2	379,7	36,2%
Margem Líquida	40,2%	34,4%	5,7 p.p
Rating - Fitch	AA+(bra)		



SUMÁRIO

A CTEEP.....	4
Desempenho Operacional.....	5
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS.....	7
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório.....	13
Estrutura de Capital.....	17
Eventos Subsequentes.....	19
Mercado de Capitais	20
Anexos	21
□ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS.....	21
□ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) – Consolidado.....	23
□ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil).....	24
□ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)	25
□ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ milhões).....	26
□ Anexo VI – Subsidiárias.....	27
□ Anexo VII – Contas a Receber.....	28
□ Anexo VIII – Resultados Consolidado Regulatório.....	29
□ Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira (51% CTEEP)	30



A CTEEP

A CTEEP uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 25% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

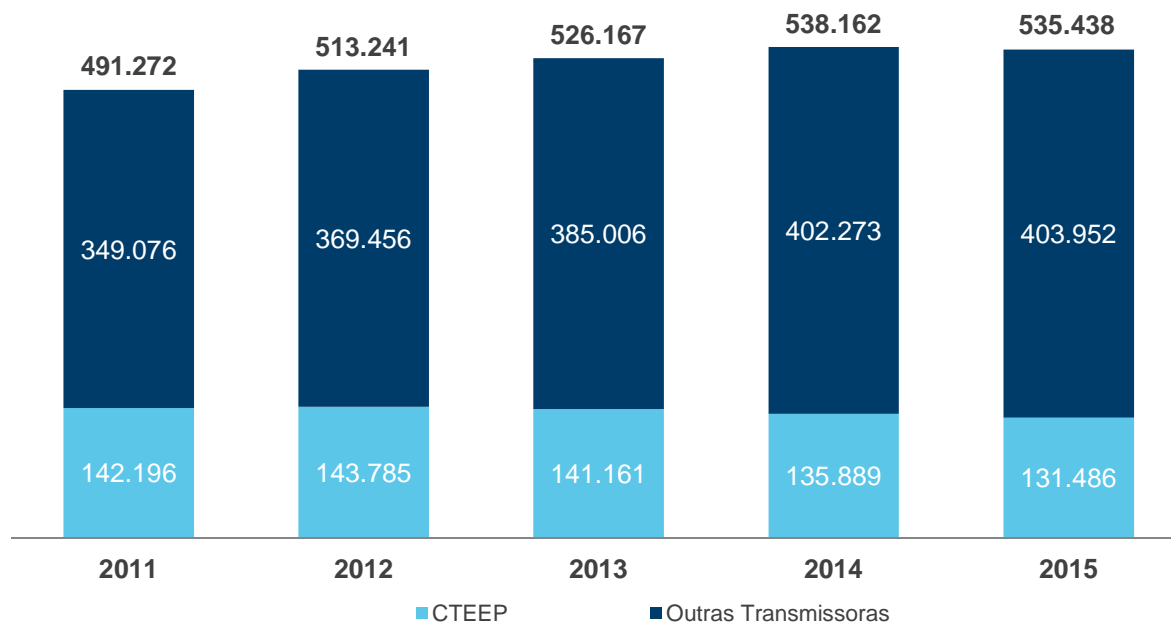
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 16 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

A CTEEP tem uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 55.700 MVA de transformação, com 18.500 km de linhas de transmissão, 25.800 km de circuitos, 2.347 km de cabos de fibra óptica próprios e 121 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada viabilizando acesso aos clientes livres, bem como a conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2011 a 2015. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil

GWh

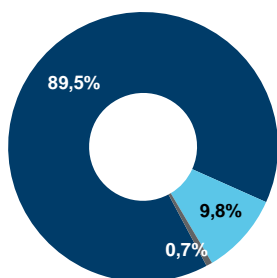




Composição Acionária

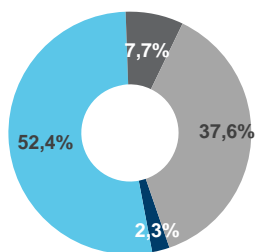
Controlada pela ISA, importante empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais:

Ações Ordinárias – TRPL3
(40% do Capital Social do total)



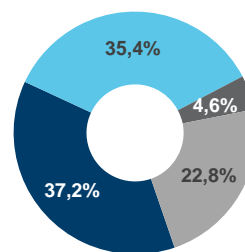
■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Outros

Ações Preferenciais – TRPL4
(60% do Capital Social total)



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci Ltda ■ Outros

Capital Social Total

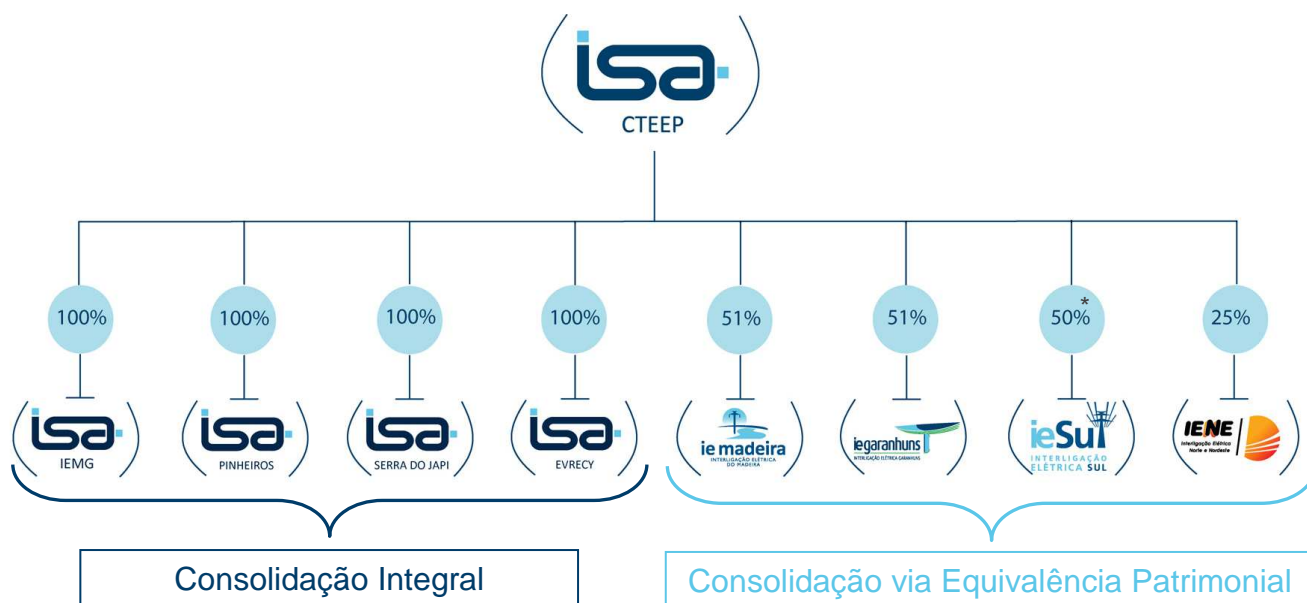


■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras
■ Vinci Ltda ■ Outros

Em 08 de dezembro de 2015, o Governo do Estado de São Paulo realizou leilão de suas ações da CTEEP, conforme edital nº 41/2015. O resultado deste leilão foi a alienação de 7,4% das ações preferenciais de emissão da Companhia, que representava 4,4% do capital social total.

Estrutura Societária

A estrutura societária da CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(*) 50% mais 1 (uma) ação.

Desempenho Operacional

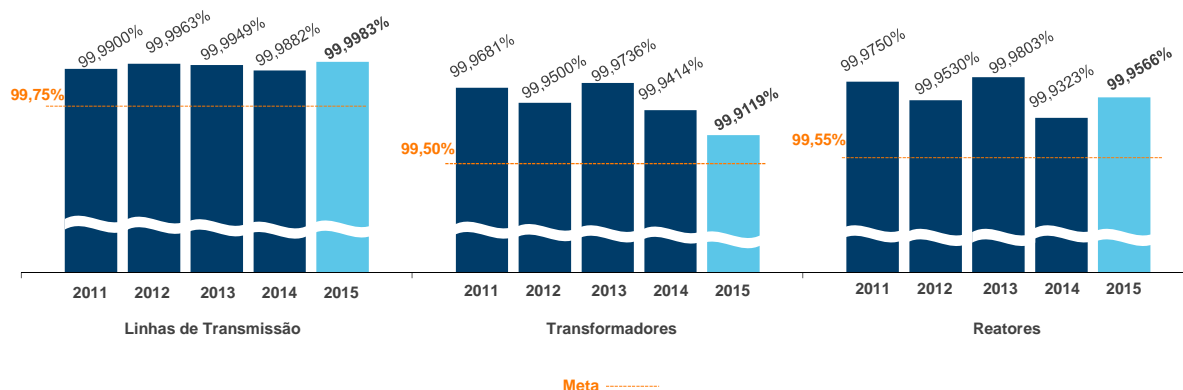
Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

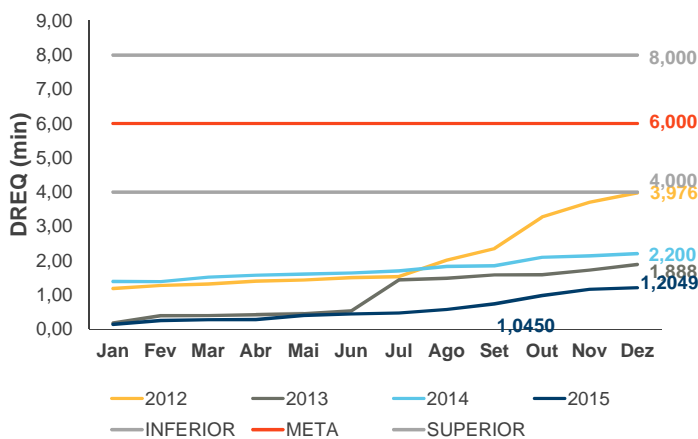
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2011 à 2015.

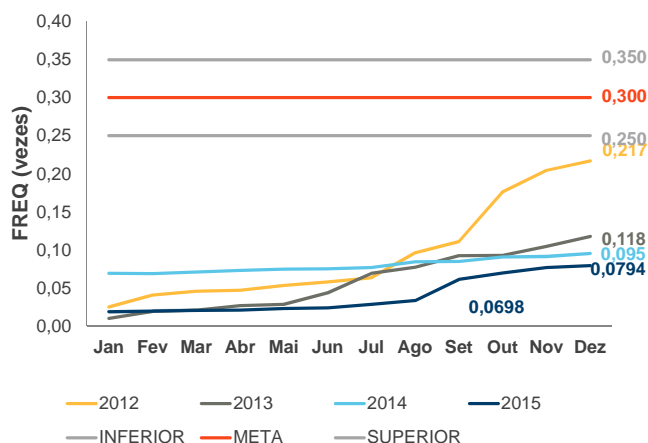
Disponibilidade dos Ativos



Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) - Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 2015, o índice DREQ registrado pela CTEEP foi de 1,20 minutos. O índice FREQ foi de 0,08 vezes.

Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

▪ Receita Operacional Bruta

Em 2015, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 1.442,1 milhões, crescimento de 16,8% em relação ao mesmo período de 2014 quando atingiu R\$ 1.234,3 milhões. (i) aumento de 5,1% das receitas de infraestrutura, (ii) aumento de 12,0% das receitas de operação e manutenção e (iii) aumento de 50,2% da remuneração dos ativos de concessão.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Infraestrutura	239,1	230,3	3,8%	278,7	265,1	5,1%
Operação e Manutenção	797,9	712,6	12,0%	829,6	740,6	12,0%
Remuneração Ativos de Concessão	170,4	129,8	31,3%	311,6	207,5	50,2%
Outras	25,6	23,5	8,0%	22,2	21,2	4,7%
Total	1.233,1	1.096,3	12,5%	1.442,1	1.234,3	16,8%

Receita de Infraestrutura - A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 278,7 milhões em 2015, um aumento de 5,1% quando comparada aos R\$ 265,1 milhões de 2014, decorrente, principalmente, do aumento de projetos de reforços, de implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações, recapacitação de linhas de transmissão e implantação de bancos de capacitores na controladora e suas controladas.

Receita dos Serviços de Operação e Manutenção - Em 2015, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 829,6 milhões, aumento de 12,0%. quando comparados aos R\$ 740,6 milhões de 2014.

Esse aumento é justificado, principalmente, pela variação positiva do IPCA (8,47%) e IGP-M (4,11%) aplicados na parcela da receita de O&M, que corrigiram a RAP do ciclo de 2014/2015 para o ciclo de 2015/2016, dos contratos de concessão da Companhia, sendo 95,9% corrigida por IPCA e 4,1% corrigida por IGP-M, somando, a partir de julho de 2015 (início do ciclo regulatório), a inclusão do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI), além da entrada em operação de novos projetos de reforços e a variação positiva do rateio do superávit do sistema.

Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 311,6 milhões em 2015, aumento de 50,2% comparada ao mesmo período de 2014 quando atingiu R\$ 207,5 milhões, refletindo, principalmente, o crescimento do ativo financeiro pela realização dos projetos de infraestrutura, além da correção monetária do período.

Outras Receitas - Referem-se a aluguéis junto a empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. Em 2015, tais receitas totalizaram R\$ 22,2 milhões, aumento de 4,7% comparada ao mesmo período de 2014, quando registrou R\$ 21,2 milhões. Esta variação deriva, principalmente, do aumento de 6% na prestação de serviços de manutenção e análises técnicas nas linhas de transmissão, decorrente da correção monetária dos contratos.



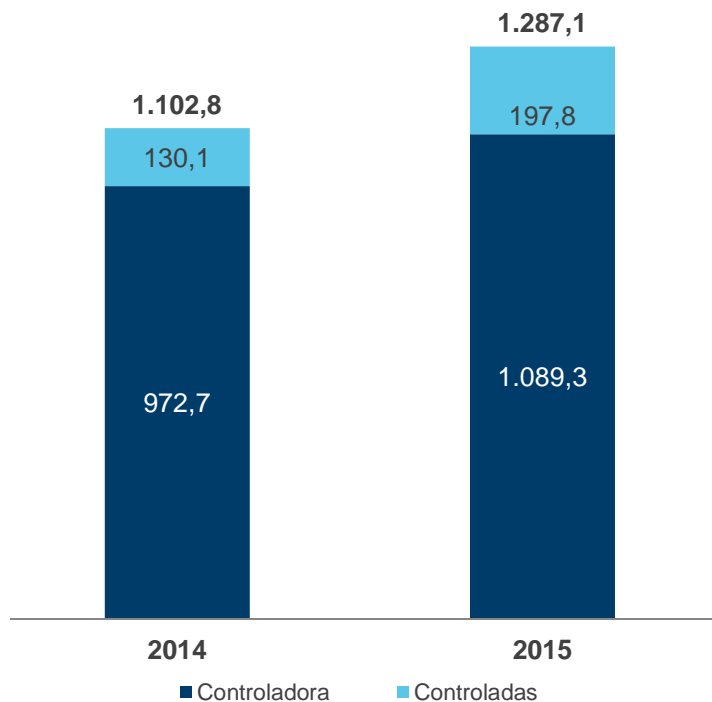
■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 154,9 milhões em 2015, aumento de 17,7% comparada aos R\$ 131,6 milhões de 2014. A variação reflete, principalmente, o aumento nos tributos, que acompanham a variação da receita operacional, compensada pela alíquota de PIS e COFINS (3,65%) nas controladas que adotam o regime tributário de lucro presumido.

■ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida Consolidada em 2015 atingiu R\$ 1.287,1 milhões, aumento de 16,7% em relação a 2014, quando representou R\$ 1.102,8 milhões.

(R\$ milhões)



■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M totais (excluindo as despesas de contingências), registraram alta de 5,4%, aumento de R\$ 24,9 milhões no período.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 3,3% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 8,2% concedido em agosto de 2015, retroativo a junho do mesmo ano, compensado pela redução de horas extras; (ii) do aumento de 14,0% em serviços, e 33,9% em materiais, pela recuperação de custos não recorrentes em 2014, que reduziu a base de comparação para 2015.

O aumento das contingências deve-se substancialmente as contingências trabalhistas, cuja metodologia, em 2015, passou a considerar histórico recente de condenação com provas disponíveis e casos análogos. As contingências cíveis tiveram aumento de R\$ 10,8 milhões, devido a ajuste de provisão de processos em 2014, combinado com a realização de novas provisões em 2015; e aumento de R\$ 5,5 milhões nas contingências fiscais, decorrente a processo de IPTU.

A Companhia tem reduzido seus custos de operação e manutenção, a despeito da inflação do período, com destaque para: (i) reorganização da estrutura de O&M; (ii) reprogramação de atividades de operação e manutenção em atendimento as necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema; (iii) internalização de parte de serviços de operação e manutenção; e (iv) renegociação de contratos vigentes, inclusive escopo de contratação.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Pessoal	(249,2)	(240,4)	3,7%	(260,3)	(251,9)	3,3%
Serviços	(107,5)	(89,6)	19,9%	(113,5)	(99,6)	14,0%
Materiais	(6,9)	(4,0)	71,2%	(8,0)	(5,9)	33,9%
Depreciação	(7,8)	(8,9)	(13,8%)	(8,5)	(8,9)	(3,8%)
Contingências	(97,2)	(42,7)	126,7%	(97,4)	(42,8)	127,7%
Outros	(53,6)	(53,1)	1,0%	(55,5)	(54,6)	1,7%
Total	(522,2)	(438,7)	19,0%	(543,2)	(463,7)	17,1%

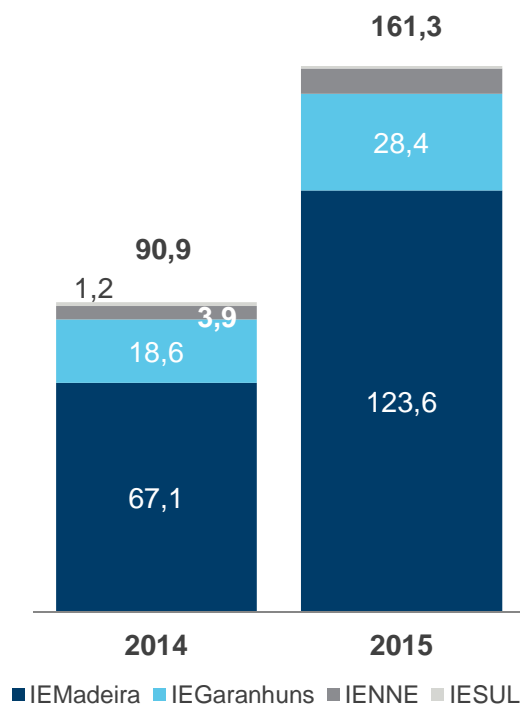
Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 255,0 milhões em 2015, aumento de 5,3% em relação ao mesmo período de 2014. Esta variação refere-se a aquisição de materiais para obras em andamento, principalmente pelo aumento de projetos de reforços, de implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações, recapacitação de linhas de transmissão e implantação de bancos de capacitores na controladora e suas controladas.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Total	(216,9)	(209,0)	3,8%	(255,0)	(242,3)	5,3%

■ Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial em 2015 registrou receita de R\$ 161,3 milhões, aumento de 77,4% frente à receita de R\$ 90,9 milhões em 2014. A variação decorre, principalmente, do resultado da subsidiária IEMadeira sujeita ao ajuste do ciclo da RAP 2015/2016 no valor de R\$ 110,8 milhões. O ajuste de ciclo 2014/2015, foi de R\$ 19,9 milhões e contemplou a RTP, reduzindo a RAP do Lote D em 4,5% e a do Lote F em 3,8%.

(R\$ milhões)



■ Outras Receitas (despesas) Operacionais

O resultado de outras receitas/despesas operacionais registrou R\$ 36,2 milhões de despesa em 2015, frente a R\$ 39,4 milhões em 2014, queda de 8,8%. Esta variação decorre, principalmente, (i) do reconhecimento em 2014, de projetos anteriores à renovação da concessão que não possuíam receita adicional, gerando uma despesa no montante de R\$ 19,2 milhões; (ii) perda na alienação de bens inservíveis no montante de R\$ 8,2 milhões; (iii) combinado com o reconhecimento de R\$ 21,4 milhões de créditos extemporâneos de PIS e COFINS.

Em 2015, outras receitas/despesas operacionais referem-se, substancialmente, a amortização do ágio incorporado da controladora, no montante de R\$ 29,9 milhões.

■ Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 4,5 milhões em 2015, frente a receita de R\$ 11,9 milhões registrada em 2014.

A variação reflete, principalmente: (i) a redução das receitas de juros ativos no montante de R\$ 17,8 milhões em 2015, comparado com R\$ 34,9 milhões em 2014 referentes à atualização de 5,59% do contas a receber do ativo reversível – Lei nº 12.783; (ii) queda nas receitas de variação monetária no montante de R\$ 35,9 milhões em 2015, comparado com R\$ 43,6 milhões em 2014 referentes à atualização pelo IPCA do contas a receber do ativo reversível – Lei nº 12.783; (iii) redução dos saldos de aplicações financeiras; (iv) aumento nas outras receitas/despesas, decorrente da receita financeira de R\$ 12,8 milhões referente a variação monetária de depósitos judiciais, compensado parcialmente pela tributação de PIS e COFINS sobre a receita financeira em R\$ 3,1 milhões.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	69,3	100,4	(31,0%)	87,0	104,7	(16,8%)
Receita de variações monetárias líquidas	40,7	48,5	(16,2%)	40,6	48,4	(15,9%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(123,3)	(121,6)	1,4%	(141,0)	(140,5)	(1,6%)
Outras	9,1	(0,3)	(3181,6%)	9,0	(0,7)	(1334,1%)
Total	(4,3)	27,0	116,0%	(4,5)	11,9	(137,6%)

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e todas as controladas são tributadas no regime de lucro presumido.

Com a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, por meio da Lei nº 12.973/14, a Companhia efetua ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Esses ajustes têm como objetivo manter a neutralidade tributária aderente a legislação pertinente.

Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01) são reconhecidos por competência, oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento).

O imposto de renda e contribuição social consolidado gerou despesa de R\$ 92,4 milhões em 2015, 14,8% superior a despesa de R\$ 80,5 milhões em 2014, refletindo o aumento no resultado da Companhia. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social em 2015 foi de 15,2%, ficando abaixo da taxa estatutária, principalmente, pela exclusão do efeito do resultado de equivalência patrimonial, que não é base tributável para IR e CSLL, bem como, a adoção do lucro presumido nas controladas.

▪ Lucro Líquido

O Lucro Líquido em 2015 totalizou R\$ 517,2 milhões, comparado a R\$ 379,7 milhões em 2014. Por sua vez, o Lucro básico por ação em 2015 foi de R\$ 3,12807. O dividendo pago por ação em 2015 foi de R\$ 2,27, com *dividend yield* de 4,96% no ano.

▪ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 655,0 milhões em 2015, aumento de R\$ 165,4 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 489,6 milhões registrado em 2014. A margem Ebitda em 2015 alcançou 50,9%.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) Líquido	504,4	378,2	517,2	379,7
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	85,3	77,1	92,4	80,5
Resultado financeiro líquido	4,3	(27,0)	4,5	(11,9)
Depreciações e amortizações	40,2	41,2	40,9	41,2
EBITDA ICVM nº 527/12	634,2	469,6	655,0	489,6
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	58,2%	48,3%	50,9%	44,4%

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório¹

Os resultados regulatórios da CTEEP Controladora e Consolidada apresentados a seguir, também seguem as regras contábeis estabelecidas.

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Receita Operacional Bruta	897,2	794,5	12,9%	1.013,5	892,2	13,6%
Deduções à Receita Operacional	(116,1)	(95,7)	21,3%	(124,0)	(103,1)	20,2%
Receita Operacional Líquida	781,1	698,8	11,8%	889,6	789,1	12,7%
Custos e Despesas Operacionais	(533,2)	(470,0)	13,4%	(578,2)	(514,4)	12,4%
Resultado Bruto	247,9	228,8	8,3%	311,4	274,8	13,3%
Equivalência Patrimonial	114,5	82,7	38,4%	67,4	56,7	18,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(35,3)	(49,9)	(29,2%)	(33,6)	(49,3)	(31,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	327,0	261,6	25,0%	345,2	282,2	22,3%
Resultado Financeiro	(4,3)	27,0	(116,0%)	(4,5)	11,9	(137,6%)
Lucro operacional	322,7	288,6	11,8%	340,8	294,1	15,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(50,8)	(40,5)	25,5%	(56,1)	(44,5)	26,2%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	271,9	248,1	9,6%	284,6	249,7	14,0%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(12,8)	(1,5)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	271,9	248,1	9,6%	271,9	248,1	9,6%

■ Receita Operacional Bruta – Regulatório

Em 2015, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 1.013,5 milhões, um aumento de 13,6% em relação a 2014, quando registrou R\$ 892,2 milhões. Este aumento decorre (i) da correção monetária de IPCA (8,47%) referente ao ciclo da RAP de 2014/2015 para o ciclo 2015/2016; (ii) inclusão do recebimento do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI) a partir de julho de 2015 e; (iii) a entrada em operação de novos investimentos.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
RAP (O&M e CAAE)	871,5	771,0	13,0%	991,3	871,0	13,8%
Outras	25,6	23,5	8,0%	22,2	21,2	4,4%
Total	897,2	794,5	12,9%	1.013,5	892,2	13,6%

¹ **Resultados Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, **ainda não auditados**; conforme previsto pela ANEEL o prazo para apresentação destes demonstrativos auditados vai até 30/04/2016. A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar com o entendimento do negócio da CTEEP.

■ Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 124,0 milhões em 2015, aumento de 20,2% comparadas aos R\$ 103,1 milhões do 2014. A variação reflete o aumento nos tributos que acompanham a variação da receita operacional.

■ Receita Operacional Líquida – Regulatório

A Receita Operacional Líquida Consolidada em 2015 atingiu R\$ 889,6 milhões, aumento de 12,7% em relação a 2014 quando registrou R\$ 789,1 milhões.

■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais (excluindo as despesas de contingências), registraram alta de 1,8%, aumento de R\$ 9,2 milhões no período, evidenciando o controle nos custos e despesas de O&M, cuja variação ficou abaixo da inflação do período (IPCA de 10,67%), com destaque para otimização da estrutura e reorganização de atividades de O&M como reprogramação e internalização de atividades e renegociação de contratos vigentes, inclusive escopo de contratação.

O aumento das contingências deve-se substancialmente às contingências trabalhistas, cuja metodologia, em 2015, passou a considerar histórico recente de condenação, com provas disponíveis e casos análogos, possibilitando maior assertividade na estimativa de risco desde o início do processo. As contingências cíveis tiveram aumento de R\$ 10,8 milhões, devido a ajuste de provisão de processos em 2014, combinado com a realização de novas provisões em 2015; e aumento de R\$ 5,5 milhões nas contingências fiscais, decorrente a processo de IPTU.

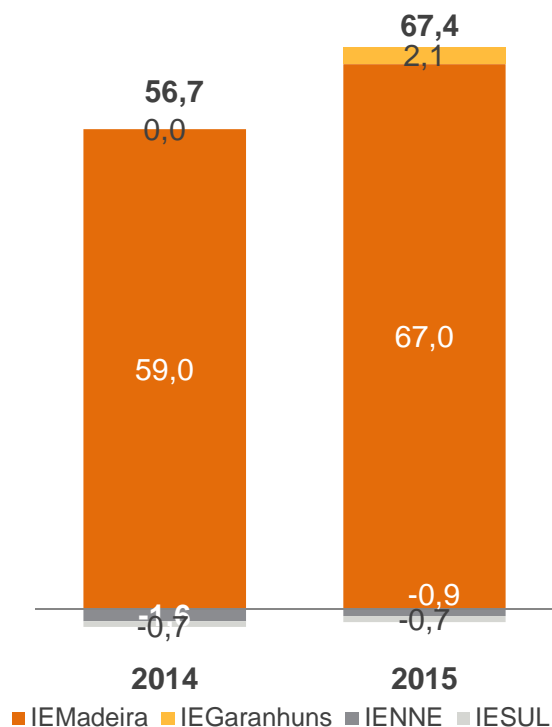
Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Pessoal	(247,8)	(242,1)	2,4%	(258,8)	(253,6)	2,0%
Materiais	(9,8)	(10,7)	(8,5%)	(10,1)	(11,1)	(8,4%)
Serviços	(99,7)	(100,6)	(0,9%)	(105,6)	(107,2)	(1,4%)
Depreciação	(25,1)	(20,9)	18,7%	(50,7)	(45,1)	12,4%
Contingências	(97,2)	(42,7)	126,7%	(97,4)	(42,8)	127,7%
Outros	(53,6)	(53,1)	1,0%	(55,4)	(54,6)	1,5%
Total	(533,2)	(470,0)	13,4%	(578,2)	(514,4)	12,4%

■ Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial em 2015 registrou receita de R\$ 67,4 milhões aumento de 18,9% frente à receita de R\$ 56,7 milhões no 2014. A variação reflete, principalmente (i) aumento de 13,6% na IE Madeira, devido, substancialmente, ao ajuste de ciclo da RAP 2015/2016 e; (ii) entrada em operação das Linhas de Transmissão Luiz Gonzaga – Garanhuns e Garanhuns – Pau Ferro, da subsidiária IE Garanhuns, em dezembro de 2015. A entrada em operação comercial das demais instalações está prevista para o 1º trimestre de 2016.

(R\$ milhões)



■ Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido de 2015 atingiu R\$ 284,6 milhões, um aumento de 14,0% em relação ao mesmo período de 2014 quando registrou R\$ 249,7 milhões.

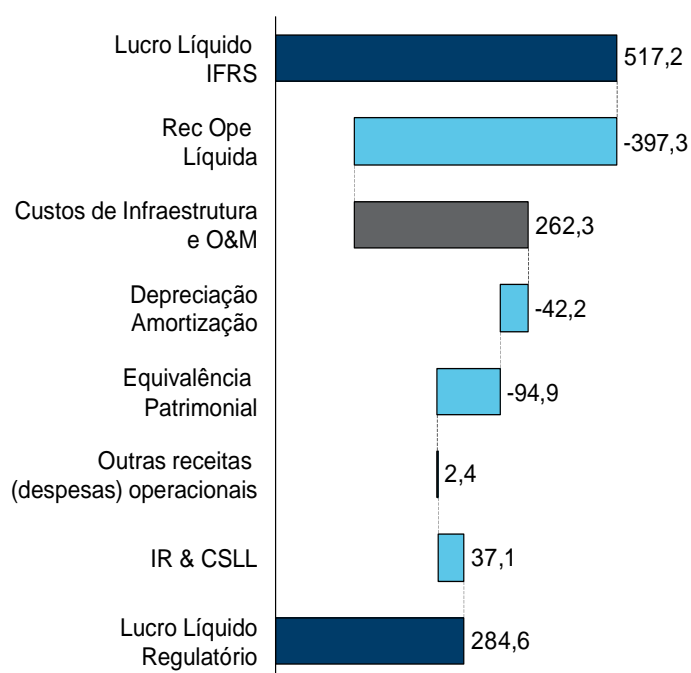
EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 428,2 milhões em 2015, aumento de R\$ 68,6 milhões comparado ao Ebitda registrado em 2014 de R\$ 359,6 milhões. A margem EBITDA em 2015 alcançou 48,1%.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) Líquido	271,9	248,1	284,6	249,7
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	50,8	40,5	56,1	44,5
Resultado financeiro líquido	4,3	(27,0)	4,5	(11,9)
Depreciações e amortizações	57,4	53,2	83,0	77,4
EBITDA ICVM nº 527/12	384,5	314,8	428,2	359,6
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	49,2%	45,0%	48,1%	45,6%

Comparativo Lucro Líquido IFRS vs Regulatório

As principais diferenças entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório em 2015 comparados a 2014 são:



Receita Operacional Líquida:

reconhecimento de Receita de Infraestrutura e da Receita dos Ativos da Concessão, no montante de R\$ 590,3 milhões, combinado com a reclassificação de Receita de O&M e de PIS e CONFINS diferidos no montante de R\$ 193,0 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 397,3 milhões

Custos de Infraestrutura e O&M:

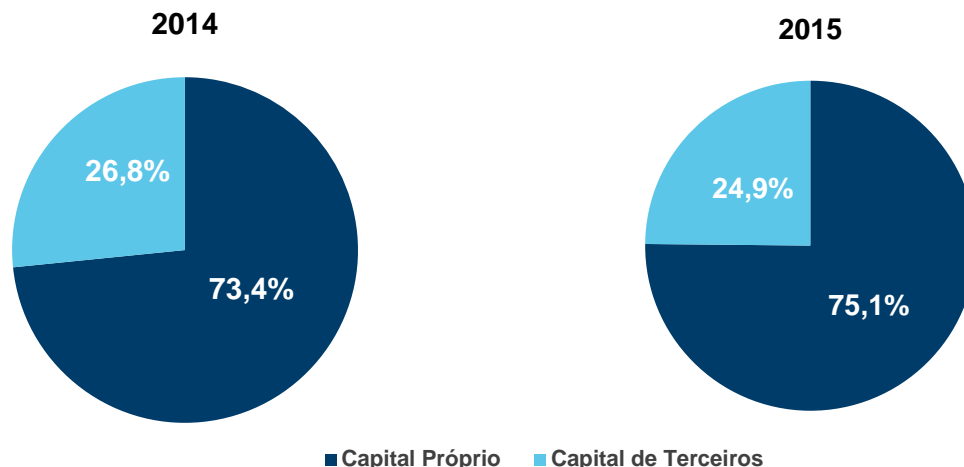
Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura (R\$ 239,3 milhões), de Melhorias (R\$ 15,7 milhões) e O&M (R\$ 7,3 milhões), totalizando o ajuste de R\$ 262,3 milhões

Depreciação e Amortização: Reversão total da dos Ativos Financeiros de Concessão em R\$ 42,2 milhões

Equivalência Patrimonial: Adoção do IFRIC 12 nas controladas

IR & CSLL: com a extinção do regime tributário de transição (RTT), o IFRS tornou-se base de apuração do IR e CSLL

Estrutura de Capital



■ Endividamento*

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2015 somou R\$ 1.096,7 milhões, redução de 8,0% em relação ao final de 2014 quando registrou R\$ 1.191,9 milhões. Esta redução reflete, principalmente (i) o pagamento realizado em 26 de junho de 2015 da primeira parcela de juros da 3ª emissão de Debêntures, no montante de R\$ 101,6 milhões; (ii) o pagamento em 15 de dezembro de 2015 de juros e principal referentes à 1ª Emissão de Debêntures 2ª série, no montante de R\$ 29,3 milhões e; (iii) o pagamento em 28 de dezembro de 2015 de juros referentes à 3ª Emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 39,9 milhões.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 446,2 milhões, em 31 de dezembro de 2015, queda de 7,9% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2014 quando atingiu R\$ 484,3 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 650,5 milhões, apresentando redução de 8,1% em relação à dívida líquida ao final de 2014.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2015	2014	Δ%
Dívida Bruta	1.096,7	1.191,9	-8,0%
Curto Prazo	251,9	215,9	16,7%
Longo Prazo	844,8	976,0	-13,4%
Disponibilidades*	446,2	484,3	-7,9%
Dívida Líquida	650,5	707,6	-8,1%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos **pela 1ª emissão de debêntures** simples e pelos contratos de financiamentos com o **BNDES**:

- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia;
- Contratos de financiamento **BNDES (válidos para o ano de 2015):** os indicadores financeiros máximos exigidos nos contratos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 5,0$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual



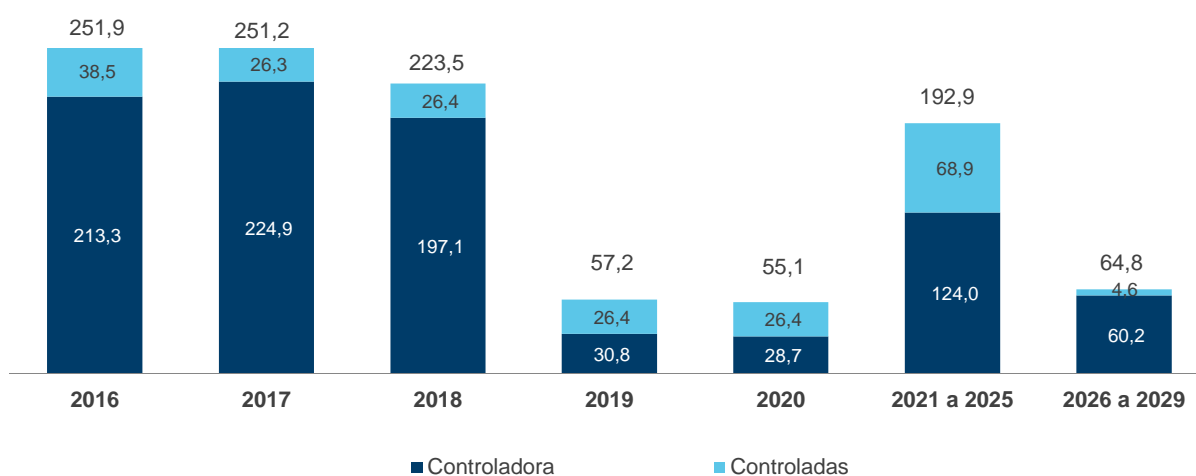
ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado aos *covenants* apurados até 31 de dezembro de 2015.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES.

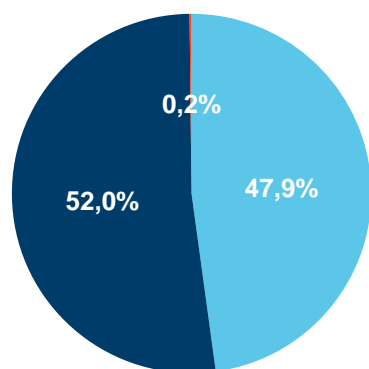
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 10,1 % a.a. em 31 de dezembro de 2014 para 12,5% em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do IPCA acumulado de 6,41% em 31 de dezembro de 2014 para 10,48% em 31 de dezembro de 2015 e também, pelo aumento do CDI que passou de 10,96% ao final de 2014 para 14,14 % ao final de 2015. O prazo médio da dívida consolidada no final de 2015 era de 2,7 anos, menor que o prazo de 2,8 anos no final de 2014.

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado, a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores.

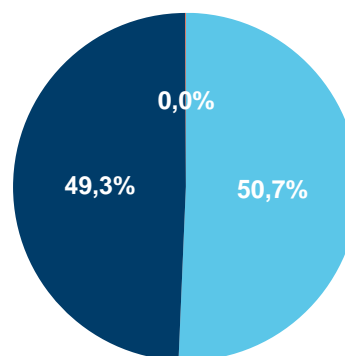
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação 2014



Contratação da Dívida e Indexação 2015



■ BNDES - TJLP/PSI ■ Debêntures - CDI/IPCA ■ Outros

(*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e econtroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

Investimentos

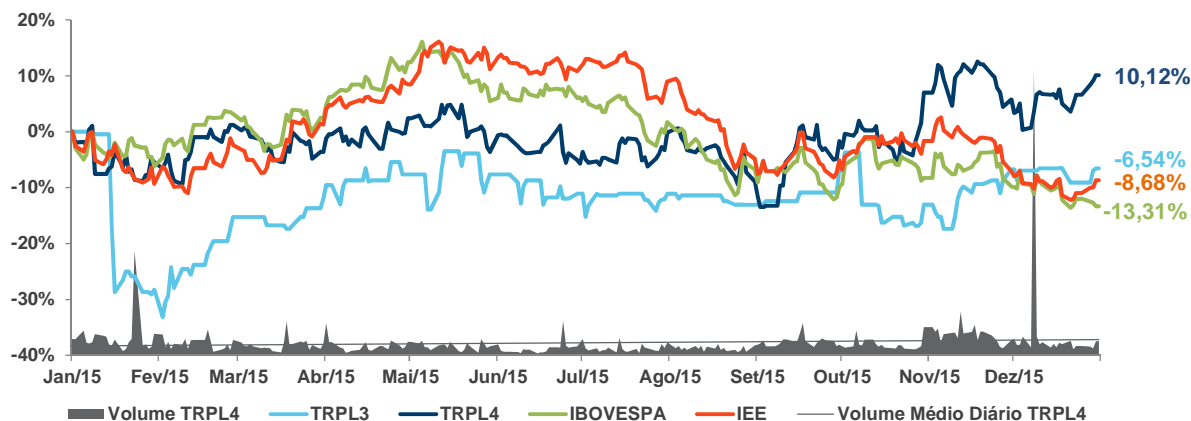
Em 2015, a CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, investiram em reforços, novas conexões e melhorias o total de R\$ 376,5 milhões. Se comparados aos R\$ 553,2 milhões previstos para o ano, a variação explica-se (i) pela menor realização de investimento em projetos DIT's (reforços e melhorias); (ii) pelo esforço de negociações comerciais para redução de preços contratuais; (iii) projetos suspensos por pleitos da CTEEP buscando melhor rentabilidade e; (iv) atraso por questões ambientais e regulatórias, que impediram o início de obras nas datas previstas.

O Plano de Investimentos de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 18 de dezembro de 2015, conforme abaixo:

Plano de Investimentos R\$ (milhões)	Projeção 2015	Realizado 2015	Var %	Projeção 2016	
CTEEP (Investimentos na Controladora)					
Reforços e Novas Conexões	317,3	177,5	-44,1%	266,6	
Modernizações e Melhorias	48,8	10,8	-78,0%	55,8	
Projeto TELECOM	0,0	0,0	-	1,1	
Corporativo	19,9	8,9	-55,2%	7,9	
Capitalização de Pessoal	24,2	25,9	7,2%	25,6	
Subtotal CTEEP	410,2	223,1	-45,6%	356,9	
SUBSIDIÁRIAS (Investimentos totais ponderados pela participação da CTEEP)					
IEMG	100%	3,0	1,3	-57,1%	4,6
IENNE	25%	0,0	0,3	864,6%	0,7
IEPinheiros	100%	25,4	25,7	1,2%	4,1
IESul	50%	3,3	3,5	7,7%	7,9
IEMadeira	51%	44,3	24,6	-44,3%	81,9
Serra do Japi	100%	16,2	11,3	-30,0%	7,3
IEGaranhuns	51%	50,9	85,6	68,3%	10,1
Evrecy	100%	0,0	1,0	-	1,6
Subtotal Subsidiárias	143,0	153,4	7,2%	118,3	
TOTAL	553,2	376,5	-31,9%	475,2	

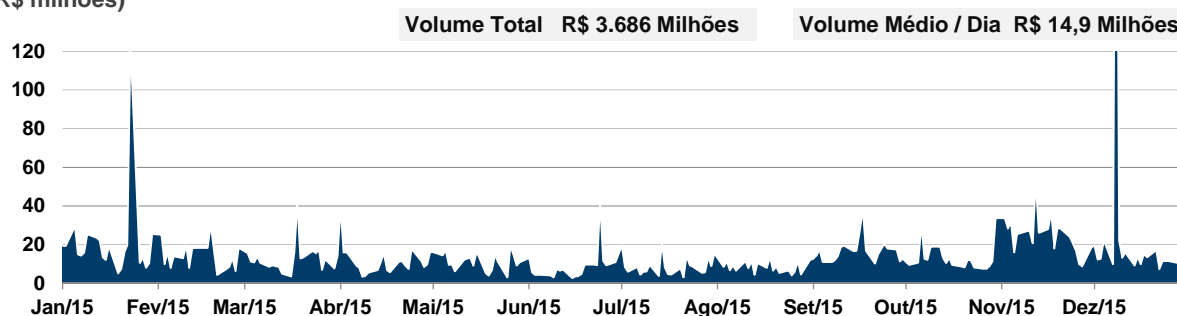
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2015 cotadas a R\$ 42,99 e R\$ 45,70, o que representa uma variação de -6,5% e +10,1%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2014. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma desvalorização de 13,31% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 8,68%.



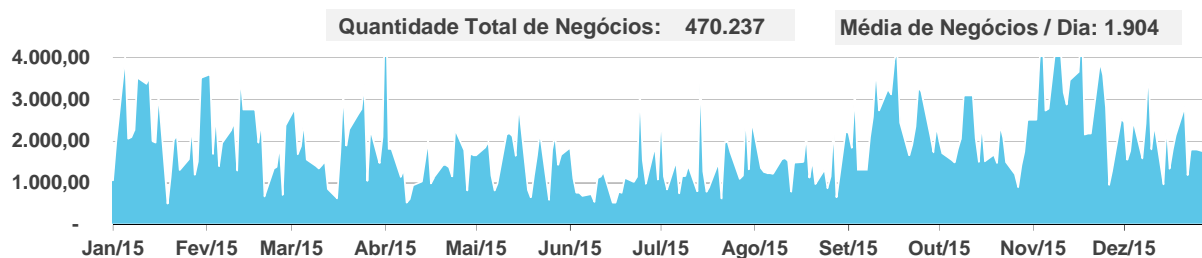
Durante o ano de 2015, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 14,9 milhões, variação de 93,5% em relação ao volume médio diário negociado em 2014, de R\$ 7,7 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/12/2015 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.904 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 470,3 mil negócios em 2015. Em 2014, a média diária de negócios foi de 1.248, um total de 308,8 mil no ano.

Quantidade de Negócios até 30/12/2015 (unidades)



Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3.120	1.390	6.135	4.696
Aplicações Financeiras	230.855	398.623	440.054	479.601
Contas a Receber	220.566	647.263	319.961	729.946
Estoques	38.787	43.426	40.476	45.696
Tributos Correntes a Recuperar	4.928	32.146	5.763	34.480
Despesas Antecipadas	6.037	819	6.057	948
Outros	79.366	101.430	80.380	119.874
	583.659	1.225.097	898.826	1.415.241
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.569.403	2.324.696	3.526.968	3.165.656
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	965.920	802.102	965.920	802.102
Benefício Fiscal - ágio incorporado	586	30.473	586	30.473
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	183.809	188.556	183.809	188.556
Cauções e Depósitos Vinculados	66.252	62.353	66.268	62.353
Estoques	27.948	37.993	29.675	37.993
Outros	9.249	12.706	21.308	24.395
	3.823.167	3.458.879	4.794.534	4.311.528
Investimentos	2.394.590	1.967.284	1.572.640	1.315.669
Imobilizado	23.163	24.538	23.194	24.553
Intangível	22.649	26.148	49.509	56.022
	2.440.402	2.017.970	1.645.343	1.396.244
Total do Ativo	6.847.228	6.701.946	7.338.703	7.123.013



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.530	93.593	71.070	132.050
Debêntures	180.782	83.846	180.782	83.846
Fornecedores	31.824	46.481	34.950	75.470
Tributos e Encargos sociais a recolher	26.825	24.641	28.417	26.521
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	16.200	14.950	16.200	14.950
Encargos Regulatórios a recolher	21.442	37.937	21.821	40.579
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.156	33.703	2.156	33.703
Provisões	28.828	26.986	29.757	27.469
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.144	5.375	6.144	5.375
Outros	21.849	10.313	31.014	16.215
	368.580	377.825	422.311	456.178
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	306.076	234.216	485.239	440.580
Debêntures	359.573	535.399	359.573	535.399
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	126.897	132.061	126.897	132.061
PIS e COFINS diferidos	107.741	79.867	149.022	117.972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	35.801	33.956
Encargos Regulatórios a recolher	28.783	21.981	31.194	22.610
Provisões	189.320	131.499	189.612	131.592
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.142.443	1.159.076	1.401.391	1.438.223
Participação de Acionista não Controlador	0	0	178.796	63.567
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.215.291	2.215.291	2.215.291	2.215.291
Reservas de Capital	1.277.356	1.277.356	1.277.356	1.277.356
Reservas de Lucros	1.842.892	1.671.732	1.842.892	1.671.732
Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	5.336.205	5.165.045	5.336.205	5.165.045
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.847.228	6.701.946	7.338.703	7.123.013



■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Receita Operacional Bruta	1.233.093	1.096.320	12,5%	1.442.071	1.234.340	16,8%
Construção	239.101	230.349	3,8%	278.685	265.058	5,1%
O&M	797.930	712.641	12,0%	829.551	740.613	12,0%
Financeira	170.419	129.782	31,3%	311.647	207.457	50,2%
Outras	25.643	23.548	8,9%	22.188	21.212	4,6%
Deduções à Receita Operacional	(143.806)	(123.625)	16,3%	(154.941)	(131.552)	17,8%
Receita Operacional Líquida	1.089.287	972.695	12,0%	1.287.130	1.102.788	16,7%
Custos e Despesas Operacionais	(739.112)	(647.665)	14,1%	(798.192)	(706.021)	13,1%
Pessoal	(267.255)	(257.362)	3,8%	(279.111)	(268.911)	3,8%
Material	(119.826)	(77.170)	55,3%	(142.799)	(109.824)	30,0%
Serviços	(193.445)	(208.478)	(7,2%)	(212.895)	(221.050)	(3,7%)
Outros	(158.586)	(104.655)	51,5%	(163.387)	(106.236)	53,8%
Resultado Bruto	350.175	325.030	7,7%	488.938	396.767	23,2%
Equivalência Patrimonial	281.766	143.256	96,7%	161.306	90.905	77,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(37.919)	(39.962)	(5,1%)	(36.190)	(39.356)	(8,0%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	594.022	428.324	38,7%	614.054	448.316	37,0%
Resultado Financeiro	(4.322)	27.010	(116,0%)	(4.472)	11.891	(137,6%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	69.266	100.417	(31,0%)	86.956	104.737	(17,0%)
Receita de Variação monetária líquida	40.655	48.496	(16,2%)	40.611	48.404	(16,1%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(123.303)	(121.609)	1,4%	(141.046)	(140.519)	0,4%
Outras	9.060	(294)	(3181,6%)	9.007	(731)	(1332,1%)
Lucro operacional	589.700	455.334	29,5%	609.582	460.207	32,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(85.270)	(77.119)	10,6%	(92.396)	(80.475)	14,8%
Corrente	(80.523)	(46.405)	73,5%	(85.804)	(50.354)	70,4%
Diferido	(4.747)	(30.714)	(84,5%)	(6.592)	(30.121)	(78,1%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	504.430	378.215	33,4%	517.186	379.732	36,2%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(12.756)	(1.517)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	504.430	378.215	33,4%	504.430	378.215	33,4%



■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014
Caixa Líquido Atividades Operacionais	479.610	465.899	530.891	495.898
Caixa Gerado nas Operações	481.625	459.199	625.306	502.710
Lucro Líquido	504.430	378.215	517.186	379.732
PIS e COFINS diferidos	27.874	24.899	31.050	112
Depreciação e Amortização	7.776	8.860	8.525	8.860
IR e CSLL diferidos	4.747	30.714	6.592	30.121
Demandas Judiciais	57.821	3.638	58.020	3.694
Custo residual do ativo imobilizado	375	423	375	423
Benefício fiscal - ágio incorporado	29.887	29.886	29.887	29.886
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	2.491	2.490	2.491	2.490
Realização perda em controlada em conjunto	(2.340)	(2.386)	(2.340)	(2.386)
Resultado de equivalência patrimonial	(281.766)	(143.256)	(161.306)	(90.905)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	130.330	125.716	134.826	140.683
Variações nos Ativos	24.206	8.459	-45.157	-5.396
Contas a receber	137.881	92.154	51.013	75.126
Estoques	14.684	17.116	13.538	25.826
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(163.818)	(159.075)	(163.818)	(159.075)
Tributos e contribuições a compensar	27.300	38.472	28.799	38.396
Cauções e depósitos vinculados	(3.899)	13.929	(3.915)	13.929
Outros	12.058	5.863	29.226	402
Variações nos Passivos	-26.221	-1.759	-49.258	-1.416
Fornecedores	(14.657)	23.850	(40.520)	25.114
Tributos e encargos sociais a recolher	2.184	6.732	1.896	6.390
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(15.603)	(14.463)	(15.603)	(14.463)
Encargos Regulatórios a recolher	(12.292)	(13.617)	(12.886)	(13.099)
Provisões	1.842	5	2.288	(528)
valores a pagar FUNCESP	769	(716)	769	(716)
Outros	11.536	(3.550)	14.798	(4.114)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	71.155	-36.330	63.838	-21.887
Aplicação Financeira	167.768	179.924	39.547	116.155
Transações com acionistas não controladores	0	0	115.229	63.567
Imobilizado	(2.166)	(17.330)	(2.184)	(17.345)
Intangível	(1.111)	(18.074)	(1.335)	(18.564)
Investimentos	(120.964)	(180.850)	(103.364)	(165.700)
Dividendos Recebidos	27.628	0	15.945	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-549.035	-429.436	-593.291	-473.585
Adições de empréstimos	103.877	251.236	103.877	251.236
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(288.011)	(384.554)	(332.267)	(428.703)
Dividendos pagos	(364.901)	(423.858)	(364.901)	(423.858)
Aumento de Capital	0	127.740	0	127.740
Varição de Caixa e Equivalentes	1.730	133	1.439	426
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.390	1.257	4.696	4.270
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.120	1.390	6.135	4.696



■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2015	2014
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	0	46.901
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	0	28.129
	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	246.316	175.751
	3,50% a.a.	15/01/24	82.538	64.154
	4,00% a.a.	15/08/18	204	281
	6,00% a.a.	15/11/19	9.029	10.346
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	41.608	58.692
Série Única	116% CDI	26/12/18	498.747	560.553
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	196	240
Arrendamento Mercantil	-	-	323	2.007
Total Dívida Bruta CTEEP:			878.961	947.054
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	37.425	42.358
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	37.132	40.548
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	51.092	60.999
	3,50% a.a.	15/04/23	13.282	15.072
SERRA DO JAPI	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.451	6.942
	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	38.796	42.327
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	33.525	36.575
Total Dívida Bruta Subsidiária			217.703	244.821
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.096.664	1.191.875



■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ milhões)

Empresa	Fontes	Encargos	Vencimentos	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	239,7
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	738,1
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	95,0
IE MADEIRA	BASA	8,5% a.a.*	10/10/2032	157,6
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)				1.230,3
Disponibilidades				101,6
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)				1.128,7
IE NE	BB	CDI + 1,35% a.a.	04/08/2014	3,9
IE NE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	50,1
Dívida Bruta IE NE (25% CTEEP)				54,0
Disponibilidades				0,4
Dívida Líquida IE NE (25% CTEEP)				53,6
IE GARANHUNS	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	118,2
IE GARANHUNS	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	55,8
IE GARANHUNS	BNDES	TJLP	15/12/2028	0,9
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)				174,9
Disponibilidades				12,1
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)				162,7
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	4,8
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/08/2023	2,7
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/08/2028	3,7
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	4,5
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)				15,6
Disponibilidades				0,6
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)				14,9
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)				1.474,7
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)				1.360,0



■ Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2015/2016 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	14,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	46,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	52,7	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,1	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	36,5	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	15,3	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	416,2	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	Dez/15	88,3	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 222,8 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3.150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2.950 MW, entrou em operação comercial em 12 de maio de 2014 (RAP: R\$ 193,4 milhões)



■ Anexo VII – Contas a Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de infraestrutura, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros de cada projeto do contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
O&M	149,5	129,4	158,7	142,0
Contas a receber serviços de O&M (a)	149,5	129,4	158,7	142,0
Ativo Financeiro	1.149,5	864,7	2.197,3	1.775,7
Contas a Receber serviços de construção (b)	1.137,2	861,0	2.111,2	1.697,4
Contas a receber por reversão (c)	12,3	3,7	86,1	78,3
Ativo Reversível - Lei 12.783	1.491,0	1.977,8	1.491,0	1.977,8
Contas a receber (NI) (d)	0,0	486,9	0,0	486,9
Contas a receber (SE) (d)	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Total	2.790,0	2.972,0	3.847,0	3.895,6

- O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- Valor a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.
- Contas a receber por reversão – refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.
- Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE, respectivamente:

- A parcela da reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$2,94 bilhões, sendo R\$2,89 bilhões referente ao VNR apurado e R\$0,57 milhão referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais.
- A parcela da indenização das instalações referentes ao SE, corresponde ao valor do custo de implementação dessa infraestrutura, tendo em vista despacho ANEEL nº 155 de 23 de janeiro de 2013, que orienta pela manutenção do valor de custo até a homologação pelo Poder Concedente. Conforme divulgado em fato relevante de 12 de agosto de 2014, foi realizado novo laudo de avaliação independente, que totaliza R\$5.186.018, equivalente aos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012. Na 47ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 15 de dezembro de 2015, foi homologado o valor de indenização em R\$3.896.328, sendo objeto do Despacho nº 4036/2015, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2015. Com o objetivo de reformar a decisão da Diretoria da ANEEL, foi protocolado em 30 de dezembro de 2015, pedido de reconsideração pela Companhia. Os efeitos e reconhecimento contábil dependem da homologação do valor final e da forma e prazo de recebimento, cuja responsabilidade de definição é do Ministério de Minas e Energia



■ Anexo VIII – Resultados Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2015	2014	Δ%	2015	2014	Δ%
Receita Operacional Bruta	897.155	794.513	12,9%	1.013.531	892.246	13,6%
RAP (O&M e CAAE)	871.512	770.965	13,0%	991.343	871.034	13,8%
Outras	25.643	23.548	8,9%	22.188	21.212	4,6%
Deduções à Receita Operacional	(116.098)	(95.718)	21,3%	(123.978)	(103.104)	20,2%
Receita Operacional Líquida	781.057	698.795	11,8%	889.553	789.142	12,7%
Custos e Despesas Operacionais	(533.169)	(470.001)	13,4%	(578.165)	(514.363)	12,4%
Pessoal	(247.755)	(242.053)	2,4%	(258.795)	(253.613)	2,0%
Material	(9.773)	(10.684)	(8,5%)	(10.132)	(11.056)	(8,4%)
Serviços	(99.696)	(100.576)	(0,9%)	(105.641)	(107.162)	(1,4%)
Outros	(175.945)	(116.688)	50,8%	(203.597)	(142.532)	42,8%
Resultado Bruto	247.888	228.794	8,3%	311.388	274.779	13,3%
Equivalência Patrimonial	114.486	82.743	38,4%	67.444	56.738	18,9%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(35.329)	(49.904)	(29,2%)	(33.598)	(49.299)	(31,8%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	327.045	261.633	25,0%	345.234	282.218	22,3%
Resultado Financeiro	(4.322)	27.012	(116,0%)	(4.474)	11.893	(137,6%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	69.266	100.418	(31,0%)	86.956	104.738	(17,0%)
Receita de Variação monetária líquida	40.655	48.495	(16,2%)	40.611	48.403	(16,1%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(123.303)	(121.607)	1,4%	(141.047)	(140.517)	0,4%
Outras	9.060	(294)	(3181,6%)	9.006	(731)	(1332,0%)
Lucro operacional	322.723	288.645	11,8%	340.760	294.111	15,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(50.836)	(40.505)	25,5%	(56.117)	(44.454)	26,2%
Corrente	(80.526)	(46.406)	73,5%	(85.807)	(50.355)	70,4%
Diferido	29.690	5.901	403,1%	29.690	5.901	403,1%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	271.887	248.140	9,6%	284.643	249.657	14,0%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(12.756)	(1.517)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	271.887	248.140	9,6%	271.887	248.140	9,6%



■ **Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira (51% CTEEP)**

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	2015	2014	Δ%
Receita Operacional Bruta	504.659	413.601	22,0%
Deduções à receita operacional	(64.206)	(52.619)	22,0%
Receita operacional líquida	440.453	360.982	22,0%
Custos dos serviços de operação	(96.433)	(95.260)	1,2%
Lucro Bruto	344.020	265.722	29,5%
Despesas Gerais e Administrativas	0	0	
Resultado Financeiro	(203.116)	(150.012)	35,4%
Lucro antes do IR & CSLL	140.904	115.710	21,8%
IR & CSLL	(9.476)	0	-
Lucro líquido	131.428	115.710	13,6%
Participação CTEEP	67.028	59.012	13,6%